

**II Reunião Técnica Latino-Americana e do Caribe
Sobre Trabalho Infantil Doméstico em Residências de Terceiros
4 a 6 de junho de 2003
Cartagena de Índias - Colômbia**

CARTA DE CARTAGENA DE ÍNDIAS

Construindo uma América Latina e um Caribe livres do trabalho infantil

Representantes de Entidades Governamentais do Brasil, da Colômbia, da Costa Rica, de El Salvador, de Honduras, da Nicarágua, do Panamá, do Paraguai, do Peru e da República Dominicana, do Ministério Público do Trabalho do Brasil, da Confederação Latino-Americana e do Caribe de Trabalhadoras Domésticas – CONLACTRAHO -, da Coordenação de Centrais Sindicais do Cone Sul, do FÓRUM Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil do Brasil, da Federação Brasileira de Trabalhadoras Domésticas, de Organizações Não-Governamentais dos países mencionados acima e também da Bolívia e da Guatemala, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do fundo *Save the Children* – Reino Unido -, presentes na “II Reunião Técnica sobre Trabalho Infantil Doméstico em Residências de Terceiros”, reunidos em Cartagena de Índias - Colômbia - entre os dias 4 e 6 de junho de 2003.

CONSIDERANDO:

Que embora todos os Estados da região tenham ratificado a Convenção dos Direitos da Criança e a Convenção das Nações Unidas contra todas as formas de discriminação contra a mulher e quase todos os Estados tenham ratificado os Convênios da OIT, particularmente o Convênio 138, que versa sobre a idade mínima de admissão ao trabalho ou ao emprego, e o Convênio 182, que versa sobre as piores formas de trabalho infantil, ainda restam desafios cruciais a serem vencidos na região para garantir a sua efetiva implementação;

Que os Estados assumiram compromissos de prevenir e erradicar o trabalho infantil e de proteger adolescentes trabalhadores em diferentes Foros e Conferências, entre as quais: na Primeira Reunião Tripartite Íbero-Americana em nível ministerial sobre a Eliminação do Trabalho Infantil em Cartagena de Índias, realizada em maio de 1997; na X Cimeira Íbero-Americana de Chefes de Estado e de Governo sobre Infância e Adolescência, realizada na Cidade do Panamá em

novembro de 2000; na Cimeira do Milênio, realizada em dezembro de 2000 em Nova Iorque; e na Sessão Especial da Assembleia das Nações Unidas para a Infância de maio de 2002; nas quais o compromisso de erradicar a pobreza na Região foi enfatizado;

Que os países da Região estão promovendo processos de descentralização e estão efetivamente implementando a autonomia dos municípios e que, portanto, os governos locais devem assumir os compromissos relacionados à infância e à adolescência e ser responsáveis por eles desempenhando um novo papel no desenvolvimento social de seus povos, com ampla participação de seus diversos setores;

Que o trabalho infantil doméstico em residências de terceiros viola os direitos humanos de meninos e meninas e constitui uma das categorias de trabalho infantil cada vez mais reconhecida pelos Estados como uma forma perigosa que pode se enquadrar na categoria de pior forma de trabalho infantil por afetar a saúde, a segurança e a moralidade de meninos, meninas e adolescentes;

Que o trabalho infantil doméstico afeta principalmente as meninas e que essa condição está estreitamente relacionada à discriminação que afeta mulheres adultas, especialmente em decorrência da desvalorização do trabalho doméstico, da limitação que ele impõe às suas funções reprodutivas e das condições de vulnerabilidade física, moral e psicológica em que elas trabalham;

Que os países participantes desta Reunião acumularam uma experiência frutífera de trabalho conjunto em atividades relacionadas à prevenção e à erradicação do trabalho infantil na América Latina e no Caribe, particularmente do trabalho infantil doméstico em residências de terceiros;

Que os países participantes desta reunião desejam dar seguimento aos acordos celebrados na Reunião Técnica Internacional "Criança trabalhadora em residências de terceiros", realizada em julho de 1999 na cidade de Lima, Peru, e nesta II Reunião e pretendem consolidar os avanços obtidos até o presente momento e projetar uma ação integrada entre os países da Região;

Recomendam aos Estados da América Latina e do Caribe, à sociedade civil, ao setor privado, particularmente a organizações não-governamentais, organizações de trabalhadores, organismos internacionais e organismos de cooperação técnica e financeira que:

Desenvolvam ações consensuais, integradas e sustentáveis entre governos nacionais e locais, a sociedade civil e as próprias meninas e meninos para prevenir e erradicar o trabalho infantil doméstico promovendo canais adequados para que meninos, meninas e adolescentes tenham uma voz e assumam um protagonismo efetivo em relação a temas que afetem seus direitos.

Aumentem seus investimentos sociais, particularmente nas áreas da saúde integral, da educação, da nutrição, do abastecimento d'água e do saneamento, visando promover a concretização das Metas do Milênio, dos Planos Decenais de Ação em prol da Infância e da Adolescência e dos Planos Decenais de Educação para Todos assumidos pelos Estados da Região com o objetivo de melhorar as condições de vida de suas populações.

Aloquem verbas específicas no orçamento nacional para a execução de ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil, particularmente do trabalho infantil doméstico; além de estimular a realização de pesquisas sobre o custo e o impacto da falta de investimentos suficientes no social.

Estimulem organismos e organizações internacionais a desenvolver programas de cooperação internacional na Região como uma contribuição às estratégias de prevenção e erradicação do trabalho infantil doméstico.

Impulsionem programas que promovam a responsabilidade social do setor privado, particularmente do empresariado, no sentido de que ele se abstenha de contratar mão-de-obra infantil e colabore nos esforços de prevenção e erradicação do trabalho infantil e de proteção do adolescente trabalhador.

Implementem políticas públicas que garantam acesso a empregos a pais e mães de família, melhorem seus níveis salariais e considerem áreas com uma alta migração de crianças e adolescentes como prioritárias para a alocação de fundos de compensação social.

Fortaleçam a fiscalização cidadã no monitoramento da execução do orçamento nacional e local e também de políticas públicas em prol da infância e da adolescência.

Tornem visíveis, combatam e sancionem leis contra todas as formas de discriminação que afetam pessoas abaixo de 18 anos, particularmente a discriminação baseada no gênero, na condição social, na raça e na etnia e a discriminação contra povos indígenas, no mundo do trabalho.

Promovam a ratificação dos Convênios 138 e 182 da OIT nos países que ainda não os ratificaram e apelem a todos os países da região no sentido de que tomem medidas imediatas para implementar os compromissos assumidos, particularmente os relacionados à prevenção e erradicação do trabalho infantil doméstico e à proteção do adolescente trabalhador.

Adaptem suas legislações sobre o trabalho doméstico de adultos ao disposto nos tratados e convênios internacionais para que suplementem as estratégias de erradicação do trabalho infantil doméstico e promovam a dignidade e a equidade no acesso real às garantias trabalhistas de trabalhadores adultos de ambos os gêneros e sua profissionalização.

Desenvolvam e implementem Sistemas de Informação que incluam indicadores de erradicação sustentável do trabalho infantil, integrando-os aos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

Elaborem e implementem Planos Nacionais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção do Adolescente Trabalhador que incluam metas explícitas de curto, médio e longo prazos de erradicação do trabalho infantil doméstico.

Promovam a participação ativa dos governos locais na definição, desenvolvimento e avaliação de políticas, programas e projetos voltados à prevenção e à erradicação do trabalho infantil, particularmente do trabalho infantil doméstico.

Desenvolvam ferramentas eficazes de inspeção do trabalho infantil doméstico e mecanismos de justiça constitucional, trabalhista, civil e penal; e, uma vez esgotadas as instâncias nacionais, recorram à jurisdição internacional.

Estabeleçam metas de ampliação da cobertura e da qualidade de uma educação gratuita, obrigatória e em tempo integral desde os três até pelo menos os 15 anos de idade; potencializem o papel da escola na promoção do desenvolvimento da comunidade e da família abrindo o espaço escolar para toda a comunidade; e desenvolvam alternativas para garantir a inclusão de meninas e meninos retirados do trabalho doméstico em programas de promoção, assistência e proteção social.

Propiciem os meios necessários para que os Ministérios do Trabalho e da Educação estimulem a participação ativa de todos os segmentos da comunidade educacional nas estratégias de prevenção e erradicação do trabalho infantil doméstico e nos mecanismos de proteção.

Intensifiquem o processo de mobilização social para a transformação cultural de mitos equivocados, inclusive mitos de gênero e estereótipos sobre os quais se assentem atitudes de permissividade em relação ao trabalho infantil e adolescente doméstico; envolvam ativamente os meios de comunicação de massa, comunitários e eletrônicos em ações que visem transformar comportamentos, atitudes e práticas negativos; e divulguem os riscos e as consequências do TID e do afastamento prematuro de crianças de suas famílias.

Continuem desenvolvendo programas de capacitação e sensibilização dirigidos a diferentes atores: entidades estaduais, organizações empresariais, sindicatos, ONGs, meios de comunicação, igrejas, famílias empregadoras e a sociedade de um modo geral.

Ampliem alianças existentes entre diversas organizações comunitárias em nível local, particularmente entre grupos de mulheres e associações e sindicatos de trabalhadoras domésticas.

Divulguem amplamente os relatórios da Comissão de Peritos baseados nas Memórias Nacionais sobre o Cumprimento dos Convênios da OIT e os Relatórios Nacionais sobre o Cumprimento da Convenção sobre os Direitos da Criança, bem como as Recomendações do Comitê.

Que o UNICEF, a OIT, o fundo *Save The Children* - Reino Unido - e outras agências de cooperação promovam mecanismos de integração e ações regionais em torno do tema do trabalho infantil e adolescente doméstico para monitorar, avaliar, consolidar e difundir os avanços logrados até o presente momento e promover a ampliação de ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil doméstico e de proteção do adolescente trabalhador.

Os participantes desta II Reunião Técnica agradecem aos Representantes dos Governos do Brasil e da República Dominicana por terem se oferecido para sediar a III Reunião e apelam aos Governos e à sociedade civil no sentido de que apoiem essa iniciativa.

Por último, os que assinam abaixo expressam a sua gratidão ao Governo da Colômbia e à Cidade de Cartagena de Índias por sua hospitalidade e apoio na realização desta Reunião.

Assinado na cidade de Cartagena de Índias aos seis dias de junho de 2003.